

REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA CIDADE: análise da imagem e a realidade “caipira” atualmente na cidade de Itaberaí e município (2016/2017)

Janaina Pereira de Souza^{1*} (IC) Murilo Mendonça Oliveira de Souza² (PQ)

1 Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina – Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n – Centro – Cidade de Goiás/GO – CEP 76.600-000 – janainapereiradsouza@gmail.com

2 Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina – Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n – Centro – Cidade de Goiás/GO – CEP 76.600-000 – murilosouza@hotmail.com

Resumo: As relações sociais, políticas e econômicas que permearam, historicamente, a construção do território brasileiro, estabeleceram uma relação cidade-campo que situou o primeiro elo como moderno e desenvolvido, mas marcou o segundo como símbolo do atraso e do arcaísmo. Esta imagem foi apresentada e cristalizada por Monteiro Lobato, com a figura do *Jeca Tatu*. Esta imagem acabou por gerar reflexões e ações enviesadas sobre o campo e o camponês. Questionamos, nesse sentido, como o camponês tem sido inserido no pensamento e nas ações concretas de políticas públicas e desenvolvimento para o campo. O objetivo geral do texto foi compreender como as relações campo-cidade têm ocorrido no atual quadro econômico, social e cultural, tendo como foco de análise o Assentamento Dom Fernando, no município de Itaberaí, estado de Goiás. Os resultados indicam que permanece, em certa amplitude, o entendimento do sujeito camponês como atrasado. Porém, nos últimos anos tendo como parâmetro de desenvolvimento o Agronegócio.

Palavras-chave: Campesinato, Modernização do Campo, Assentamento Rural, Goiás.

Introdução

A imagem do caipira foi construída, em larga proporção, por Monteiro Lobato por volta do ano de 1918, representada pelo personagem “jeca tatu” (Figura 1), que a princípio foi criado no intuito de denunciar a pobreza e o abandono do estado em questões básicas como assistência técnica, saúde, entre outros, para moradores do campo. No entanto, esta imagem passou a representar o símbolo da exclusão do campesinato brasileiro. Relacionados a práticas de produção e vida precárias e arcaicas, os agricultores familiares camponeses, foram excluídos de qualquer política pública estabelecida no país.



Figura 1. Representação do Jeca Tatu por Monteiro Lobato.

Foi construída nesse contexto uma lógica urbanizada de sociedade, na qual o agricultor camponês não tem espaço nem direitos sociais. Nesta perspectiva texto e a pesquisa que o resultou buscou abordar o trabalho no campo, buscando entender as relações que determinam as representações geradas hoje em dia pelas pessoas que moram na cidade. Nesta pesquisa temos tido como base o processo de entendimento da realidade social, econômica e cultural destas, com foco nos anos de 2016 e 2017, no Assentamento Dom Fernando, no município de Itaberaí.

Neste processo, estabelecemos a perspectiva do Agronegócio e a da Agroecologia como pressupostos para o entendimento da relação campo-cidade, que determina e é determinada por estas relações. Algumas questões, nesse sentido, são importantes. Como ocorreu o processo de modernização do campo no Brasil e no Estado de Goiás? Quais os impactos socioambientais que este processo deixou em seu caminho? Houve resistência da agricultura camponesa com relação ao avanço do capitalismo no campo? Como isto influenciou na estruturação agrária em Goiás? No processo de luta pela terra como a relação campo-cidade se organizou? E como este “novo camponês” se inseriu na luta pela terra e no campo de forma geral?

No sentido de buscar respostas ou promover reflexões sobre tais questões, o presente texto tem como objetivo geral compreender a relação campo-cidade, partindo do processo de modernização do campo e tendo como base para a análise o Assentamento Dom Fernando Gomes, localizado no município de Itaberaí, no Estado de Goiás. Esperamos que as reflexões e análises aqui apresentadas possam contribuir com o entendimento sobre qual a situação dos sujeitos que se reinserem no campo a partir da luta pela terra e, da mesma forma, como estes são visualizados cultural e economicamente pela população de forma geral.

Metodologia

Além do diálogo no contexto da pesquisa popularmente inserida, para a realização da pesquisa que gerou este texto, nos pautamos em uma inserção participante em campo assim como Antônio Candido relata ter feito em sua obra *Os Parceiros do Rio Bonito* em seu estudo sobre o caipira paulista (CANDIDO, 2010). Essa inserção participante nos situa também como parte inerente ao processo investigado, desde que participamos efetivamente da luta pela terra que gerou a conquista do Assentamento Dom Fernando, em Itaberaí.

Em alguns momentos específicos utilizamos também como base metodológica as fontes orais, tendo como referência o Manual de História Oral de Verena Alberti (ALBERTI, 2005). As entrevistas mais prolongadas com integrantes do Assentamento Dom Fernando permitiram conhecer de forma mais ampla a luta pela terra realizada por estes sujeitos.

E no processo de investigação utilizamos, ainda, a metodologia participativa, tendo como base as técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que possibilitaram um diálogo mais dinâmico com as famílias assentadas. A partir deste processo, construímos a pesquisa e o texto aqui disposto.

Resultados e Discussão

A estruturação histórica do campo brasileiro esteve baseada na monocultura, no trabalho escravo e no latifúndio. O processo de modernização do campo, a partir

dos anos 1960, que poderia ter transformado situações como a posse da terra, o acesso a créditos, entre outros, privilegiou um grupo pequeno de agricultores, consolidando, posteriormente, um número também reduzido em corporações.

Este processo conformou um pacto agrário, modernizante e conservador. Simultaneamente à integração da indústria com a agricultura, consolidou oligarquias rurais ligadas à propriedade territorial. Com a modernização conservadora, houve um processo de desenvolvimento tecnológico, mas que não foi acompanhado pela democratização da terra ou o avanço nas relações de trabalho no campo. (DELGADO, 2001).

O período da modernização conservadora ocorre, de forma geral, até a década de 1990. Até este momento o campo ainda era visualizado, pela maior parte da população, como espaço de atraso social e cultural. Os camponeses, por sua vez, considerados sujeitos ou inocentes ou de segunda classe. A partir daí, contudo, tem início o nascimento da agricultura inserida no contexto neoliberal, com a consolidação do Agribusiness ou Agronegócio.

Agribusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária. [...] Agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. (DELGADO, 2012, p. 89 e 94).

A perspectiva da modernização do campo deu início a uma perspectiva urbanizante do campo, mas o agronegócio intensifica este processo de forma ainda mais sólida. O agronegócio representa o campo à imagem da cidade e da indústria, construindo um campo pouco democrático e sem gente. Uma agricultura sem agricultores.

Essa lógica de pensar o campo mantém e utiliza a imagem do Jeca Tatu para fortalecer o agronegócio e expropria os camponeses. A luta pela terra que resultou em vários assentamentos rurais nas últimas décadas no Brasil é uma luta também para combater essa visão da agricultura familiar camponesa. Embora inicialmente tenha sido uma luta pela terra passou a representar, com o tempo, uma luta pela conquista ou em defesa dos territórios camponeses. Isso inclui desde os elementos sociais e econômicos até a perspectiva cultural.

O camponês hoje assentado no Dom Fernando teve como trajetória a mesma trilhada pelos caipiras paulistas descritos e analisados por Antônio Cândido. Mas, ao mesmo tempo, são sujeitos que passaram por um processo de territorialização na cidade também, sendo que normalmente fazem a comparação entre as duas áreas (rural e urbana). Uma das agricultoras assentadas faz relato neste sentido, falando do processo de ida para o acampamento no início da luta pela terra.

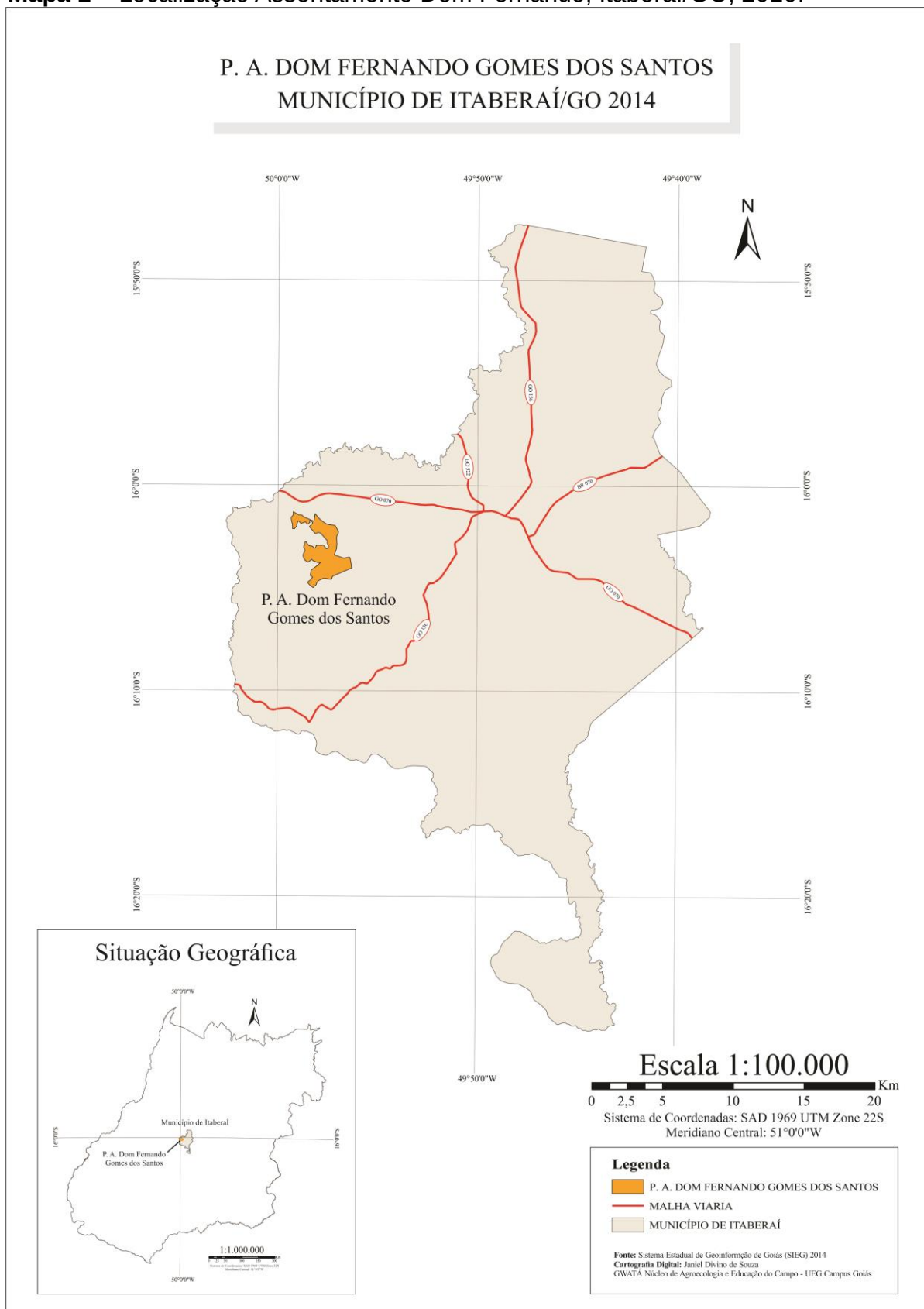
Nossa é, assim, vai indo com o tempo a gente acostuma, mas no começo quando a gente chega é um choque tão grande. Porque a gente morava na cidade, tinha um certo conforto, por mais que as vezes não era casa própria nem nada, mas quando a gente chega num lugar que a gente não conhece praticamente ninguém, mora ali todo mundo praticamente junto, né. Por que barraca de lona, não tem privacidade nenhuma e quando chovia, chuva forte, tinha a sensação de que essa barraca ia cair, tinha vez que dava goteira. (Informação Verbal, Agricultora Assentada, 2016).

O Assentamento Dom Fernando (Mapa 1), composto por 56 famílias, foi criado em 2006 e resultou da luta de famílias que viveram em sua maioria em áreas urbanas antes do assentamento. As famílias assentadas, nesse contexto, já trazem na “bagagem” elementos da compreensão urbana de campo. A maior parte delas viva na cidade de Goiânia, o que fortalece ainda mais essa perspectiva de entendimento do campo, pois a visão do atraso relacionada ao campo é ainda mais forte em áreas metropolitanas.

O Assentamento está localizado (quase ilhado) em área de produção intensiva do agronegócio, com culturas anuais (soja, milho, etc.) e plantações de laranja. Somando uma visão externa adquirida nas cidades ao contato local com o agronegócio, muitas famílias assentadas acabaram seguindo esta forma de produção como base para sua parcela no assentamento. Tem papel importante neste processo a representação de atraso atribuída ao modelo camponês de produção, que mantém uma relação mais próxima com a natureza.

Em contraposição ao agronegócio, que imprime uma visão arcaica ao campesinato, algumas famílias assentadas no Dom Fernando tem buscado desenvolver a agroecologia como base produtiva. E também como perspectiva de vida. Ainda que muitos assentados sigam a lógica produtiva do agronegócio, a agroecologia tem se fortalecido nos últimos anos.

Mapa 1 – Localização Assentamento Dom Fernando, Itaberaí/GO, 2016.



Fonte: INCRA; SIEG, 2017.

Cartografia Digital: Janiel Divino de Souza

A agroecologia tem sido construída em uma perspectiva de mudança de paradigma produtivo e de vida no campo, abrangendo um conceito abrangente que estabelece outros parâmetros para o campo.

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais). (EMBRAPA, 2006, p. 5).

Para além do conceito apresentado pela EMBRAPA, como vemos acima, a agroecologia também valoriza a construção da autonomia camponesa a partir dos conhecimentos historicamente produzidos. Por isso, não entende como arcaicos nem os camponeses, nem os conhecimentos produzidos por eles. Por exemplo, a utilização de sementes “crioulas”, variedades produzidas, melhoradas e guardadas historicamente pelos camponeses, para uma perspectiva urbanizante do agronegócio seria a representação do atraso.



Foto 1. Agricultores camponeses, Assentamento Dom Fernando, 2016.

A foto 1 mostra ao fundo uma lavoura de soja e ao lado uma de milho crioulo. Isso revela as duas perspectivas diferentes de entender o campo na atualidade. Os agricultores e agricultoras que assumiram, no Assentamento Dom Fernando, uma perspectiva produtiva agroecológica, tem construído um caminho de produção e vida mais conectados com a natureza. Articulam, com este intuito, atividades de extrativismo (apicultura e meliponicultura) com atividades produtivas agroecológicas (plantio de milho crioulo, hortas agroecológicas, etc.).

Porém, além da pressão sofrida por moradores da cidade, estes produtores agroecológicos também enfrentam a desconfiança local com relação à escolha da matriz agroecológica como base produtiva. Por muitos, a agroecologia é vista como um retorno ao passado, para uma agricultura arcaica. Esta visão se relaciona com um resgate da figura do “Jeca Tatu”, mantendo um preconceito construído equivocadamente no processo de modernização da agricultura.

Considerações Finais

O processo a partir do qual ocorreu a formação territorial brasileira teve bases sólidas na violência contra as populações autóctones e, posteriormente, contra grupos escravos e camponeses. Essa lógica situou o entendimento sobre o Brasil em uma perspectiva dicotômica, onde um polo (que com o tempo se concretizou como o urbano) era moderno e outro (o campo) era atrasado e arcaico.

Com o processo de modernização do campo essa separação foi intencionalmente solidificada. O campo e os camponeses, em especial, passaram a simbolizar no discurso dominante o atraso do campo brasileiro. Esse mesmo processo forçou a saída do campo de milhares de camponeses, que marcharam para as periferias dos centros urbanos. E, mais recentemente, a partir da década de 1990, o agronegócio assumiu a função de manter a separação entre um campo moderno e outro atrasado.

No Assentamento Dom Fernando, analisamos tanto o pretense campo moderno como aquele tachado como atrasado. O primeiro identificado com o agronegócio e o segundo com a agroecologia, que vem sendo desenvolvida no assentamento há alguns anos. Essa visão do camponês como atrasado foi prontamente transferida, no assentamento, para aquelas famílias que assumiram a

agroecologia como perspectiva produtiva. Tem sido construído o discurso, no assentamento e em outros espaços, de que a agroecologia significa um retorno ao passado, enquanto o agronegócio seria o caminho para o futuro.

No entanto, ao mesmo tempo, tem crescido em número e força a resistência camponesa e agroecológica no Assentamento Dom Fernando e em outras áreas onde esta lógica produtiva tem sido implantada. Acreditamos, portanto, que embora a agroecologia tenha contribuído na reconfiguração, em alguns territórios, da visão sobre o campesinato, há um longo caminho a ser trilhado nesse sentido.

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Gwatá) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela concessão da Bolsa de Pesquisa que possibilitou o desenvolvimento das atividades previstas neste trabalho.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de Historia Oral. 3ª edição: Rio de Janeiro. FGV Editora, 2005.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros Do Rio Bonito. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n 43, 2001. p. 157-172.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura á economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: editora da UFRGS, 2012.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília/DF, maio de 2006. (Impresso).

LE GOFF, Jaques. História e Memória. 2. ed. Campinas: Ed da Unicamp, 1996.

LUZ, Maria; NARCISO, Andréa Maria. Entre o Rural e o Urbano Perspectivas das Ciências Sociais. Universidade Estadual de Montes Claros: Unimontes, 2012.

TRINDADE, Nisia. Um Sertão Chamado Brasil. 2ª edição: Rio de Janeiro. Revan, 2013.